



Revista da Procuradoria-Geral do Município de Juiz de Fora – RPGMJF

Juiz de Fora, ano 2, n. 2, jan./dez. 2012

Doutrina

Artigos

- ◆ Constitucionalização do Direito Administrativo
Diogo de Figueiredo Moreira Neto
- ◆ Inversão de fases da licitação – Concorrência e a simplificação de procedimentos
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
- ◆ Da falta de efetividade à judicialização excessiva Direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial
Luís Roberto Barroso
- ◆ A justiciabilidade do direito fundamental à saúde
Ana Maria Lammoglia Jabour
- ◆ Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – Criação e regulamentação legal
Eduardo de Souza Floriano
- ◆ As normas de direitos fundamentais sociais e a implementação do direito à saúde pelo Poder Judiciário
André Luiz Fernandes Fellet
- ◆ O impasse liberal-positivista sobre as liberdades básicas
Bruno Camilloto Arantes, Vanessa Nunes Kaut
- ◆ Da afinidade entre a principiologia jurídico-administrativa e os direitos fundamentais – Uma releitura oportuna
Ciro di Benatti Galvão
- ◆ Da natureza jurídico-constitucional do duplo grau de jurisdição e seu alcance em face do princípio da razoável duração do processo
Danielle Lopes Pinho
- ◆ Breves considerações sobre a Lei de Improbidade Administrativa e sua aplicabilidade aos agentes políticos
Deo Campos Dutra, Isabella Ribeiro Liquer
- ◆ O papel do Procurador em face da ordem jurídica municipal
Ione Maria Moreira Dias Barbosa
- ◆ Revisitando o regime jurídico de Direito Público
Luciana Gaspar Melquíades Duarte

- ◆ Discrecionalidade administrativa – Controle de exercício e controle de atribuição
Rafael Maffini
- ◆ Estado Social e concretização de direitos fundamentais na era tecnológica – Algumas verdades inconvenientes
Carla Amado Gomes
- ◆ El tiempo en el procedimiento administrativo
Carlos E. Delpiazzo
- ◆ El derecho a buena Administración, la discrecionalidad administrativa y la mejora de la gestión pública
Juli Ponce Solé